



Os desafios da implementação da BNCC nas escolas da região Norte: limites e possibilidades no contexto amazônico

The challenges of implementing the BNCC in schools in the Northern region: limits and possibilities in the Amazonian context

**Jacyguara Costa Pinto¹ Elizabeth Souza Sarges² Gersimone dos Santos Lima³
Natanael Quadros Da Rocha⁴ Maria Marta dos Santos Cabral⁵ Rosane Brito dos Santos⁶
Raimundo Nonato do Nascimento Oliveira⁷**

Submetido: 10/11/2025 Aprovado: 20/02/2026 Publicação: 03/03/2026

RESUMO

Este artigo analisa os desafios da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas escolas da Região Norte do Brasil, considerando os limites e as possibilidades no contexto amazônico. Parte-se do pressuposto de que a efetivação de políticas curriculares nacionais ocorre de maneira desigual em um país marcado por profundas diferenças regionais. O estudo fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e documental, com base em autores da área da educação, como Freire, Saviani, Arroyo, Libâneo e Apple, além de documentos oficiais e dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A análise evidencia que fatores como precariedade da infraestrutura escolar, dificuldades de acesso às instituições de ensino, presença de classes multisseriadas, formação docente pouco contextualizada e avaliações externas desconsiderando as especificidades regionais constituem entraves significativos à implementação da BNCC na Região Norte. Por outro lado, identifica-se que a previsão da parte diversificada do currículo e a valorização dos saberes locais apresentam-se como possibilidades para a construção de práticas pedagógicas mais contextualizadas e significativas. Conclui-se que a efetivação da BNCC no contexto amazônico exige políticas públicas educacionais sensíveis às realidades regionais, investimento em condições estruturais e formativas, bem como a construção coletiva do currículo, de modo a promover uma educação mais equitativa e socialmente referenciada.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular. Educação na Região Norte. Educação Amazônica. Currículo. Políticas Educacionais.

ABSTRACT

This article analyzes the challenges of implementing the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC) in schools in the Northern Region of Brazil, considering the limits and possibilities within the Amazonian context. It is based on the assumption that the implementation of national curricular policies occurs unevenly in a country marked by profound regional differences. The study is grounded in bibliographic and documentary research, drawing on educational scholars such as Freire, Saviani, Arroyo, Libâneo, and Apple, as well as official documents and data from the National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP). The analysis shows that factors such as precarious school infrastructure, difficulties in accessing educational institutions, the presence of multigrade classrooms, insufficiently contextualized teacher education, and large-scale external assessments that disregard regional specificities constitute significant obstacles to the implementation of the BNCC in the Northern Region. On the other hand, the provision for a diversified component of the curriculum and the appreciation of local knowledge emerge as possibilities for developing more contextualized and meaningful pedagogical practices.

It is concluded that the effective implementation of the BNCC in the Amazonian context requires public educational policies that are sensitive to regional realities, investment in structural and training conditions, and the collective construction of the curriculum in order to promote a more equitable and socially grounded education.

Keywords: National Common Curricular Base. Education in the Northern Region. Amazonian Education. Curriculum. Educational Policies.

¹ Orientador. Doutor em Ciências da Educação, Facultad Interamericana de Ciência Sociales. jacyguaracosta@gmail.com

² Orientanda. Mestranda em Ciências Educação, sargeselizabeth@hotmail.com

³ Orientanda. Mestranda em Ciências Educação, gersimone lima1977@gmail.com

⁴ Orientando. Mestranda em Ciências Da Educação, naelderocha@gmail.com

⁵ Orientanda. Mestranda Em Ciências Educação, marta.cabral62@hotmail.com

⁶ Orientanda. Licenciatura em Pedagogia, nannybrito343@gmail.com

⁷ Doutorando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciência Sociales, villasrn2017@gmail.com

1. Introdução

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi instituída como um documento normativo que orienta os sistemas de ensino brasileiros quanto às aprendizagens essenciais a serem asseguradas aos estudantes da Educação Básica. Seu propósito central consiste em garantir direitos de aprendizagem comuns, promovendo maior equidade educacional em um país marcado por desigualdades históricas e regionais (BRASIL, 2017).

Todavia, a implementação da BNCC ocorre em um contexto nacional profundamente heterogêneo, no qual as condições sociais, econômicas e estruturais variam significativamente entre as regiões. Saviani (2013) destaca que políticas educacionais de caráter nacional tendem a produzir efeitos desiguais quando não consideram as especificidades locais e as condições reais de execução.

Nesse cenário, a Região Norte apresenta desafios singulares relacionados à sua extensão territorial, às dificuldades de acesso e à diversidade sociocultural. O contexto amazônico envolve populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas, cujas formas de organização social e cultural influenciam diretamente os processos educativos, exigindo abordagens pedagógicas sensíveis ao território (ARROYO, 2011).

Embora a BNCC reconheça a importância da diversidade e da parte diversificada do currículo, observa-se que sua implementação, em muitos casos, ocorre de forma padronizada. Nesse contexto, Pinto et al. (2025) destacam que uma das principais contribuições da BNCC consiste na ênfase na formação de competências e habilidades, especialmente as socioemocionais, consideradas essenciais para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Libâneo (2012) ressalta que a organização do trabalho pedagógico, quando descolada da realidade local, tende a fragilizar o processo de ensino e aprendizagem. O currículo, nesse sentido, deve ser compreendido como uma construção social e histórica, permeada por valores, disputas e relações de poder. Apple (2006) argumenta que currículos centralizados podem privilegiar determinados saberes em detrimento de outros, contribuindo para a invisibilização dos conhecimentos produzidos em contextos periféricos, como o amazônico.

As condições estruturais das escolas da Região Norte configuram-se como um dos principais limites para a efetivação da BNCC. Muitas instituições enfrentam precariedade física, ausência de recursos pedagógicos e acesso restrito às tecnologias digitais, o que compromete o desenvolvimento das competências gerais previstas no documento curricular (INEP, 2023).

Nesse contexto, Pinto et al. (2025) defendem que a BNCC deve ser compreendida como um ponto de partida para uma educação contextualizada, que respeite as diversidades culturais e

sociais, ressaltando que a implementação de conteúdos e metodologias voltadas às realidades indígena, ribeirinha e urbana, de forma integrada, contribui para a formação de sujeitos mais conscientes de sua identidade e mais preparados para os desafios contemporâneos.

Além disso, a presença de salas multisseriadas é uma realidade recorrente em áreas rurais e ribeirinhas. Essa organização escolar impõe desafios adicionais à implementação de um currículo estruturado por séries e habilidades progressivas, conforme proposto pela BNCC, dificultando sua aplicação de maneira linear (BRASIL, 2017).

A formação docente também se destaca como um aspecto crítico nesse processo. Gatti (2014) aponta que a formação inicial e continuada de professores, quando não articulada às realidades locais, tende a se distanciar das demandas concretas da prática pedagógica, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade social.

Sob a perspectiva freireana, a educação deve partir da realidade dos educandos, valorizando seus saberes e experiências como ponto de partida para a construção do conhecimento. Freire (1996) defende que práticas pedagógicas descontextualizadas comprometem o sentido da aprendizagem e o caráter emancipatório da educação.

No contexto amazônico, a aplicação acrítica da BNCC pode resultar em um currículo distante da vida cotidiana dos estudantes. Esse distanciamento dificulta o engajamento dos alunos e enfraquece a relação entre escola e comunidade, comprometendo os objetivos educacionais propostos.

A gestão escolar também enfrenta desafios específicos na Região Norte. Gestores acumulam funções administrativas, pedagógicas e sociais, muitas vezes sem o suporte técnico e financeiro adequado. Lück (2009) destaca que a efetivação de uma gestão democrática depende de condições institucionais que favoreçam o planejamento coletivo e contextualizado.

Outro elemento relevante refere-se às avaliações externas em larga escala, alinhadas às diretrizes da BNCC. Tais avaliações, ao desconsiderarem fatores como calendário escolar diferenciado, sazonalidade dos rios e dificuldades logísticas, produzem comparações desiguais entre regiões (SAVIANI, 2013).

Essas avaliações acabam reforçando estigmas sobre o desempenho das escolas do Norte, sem considerar as condições estruturais e sociais em que o processo educativo ocorre. Tal lógica contribui para a responsabilização excessiva das escolas e dos professores, ocultando a responsabilidade do Estado na garantia de condições adequadas de ensino.

Apesar dos limites identificados, a BNCC também apresenta possibilidades para a educação amazônica. A previsão da parte diversificada do currículo permite a incorporação de saberes locais, práticas culturais e conhecimentos tradicionais, fortalecendo a identidade dos estudantes e a contextualização do ensino (BRASIL, 2017).

A valorização dos saberes ribeirinhos, indígenas e quilombolas constitui um caminho para a construção de um currículo mais inclusivo e significativo. Arroyo (2011) defende que reconhecer esses saberes é fundamental para a promoção da justiça curricular e do respeito à diversidade.

Nesse sentido, a BNCC pode ser compreendida como um referencial orientador, e não como um instrumento rígido. Sua implementação exige interpretações críticas e adaptações pedagógicas que considerem as especificidades regionais e as necessidades concretas das comunidades escolares.

A formação continuada de professores, orientada por uma perspectiva contextualizada, configura-se como um elemento estratégico para a efetivação da BNCC no Norte do país. Programas formativos que dialoguem com o cotidiano das escolas amazônicas tendem a fortalecer a autonomia docente e a qualidade do ensino (GATTI, 2014).

Do mesmo modo, políticas públicas educacionais específicas para a Região Norte são indispensáveis para reduzir as desigualdades históricas. Investimentos em infraestrutura, conectividade e valorização profissional constituem condições essenciais para a viabilidade da implementação curricular.

A articulação entre currículo, gestão escolar e comunidade também se revela fundamental. Quando a escola dialoga com o território em que está inserida, amplia-se a possibilidade de construção de práticas pedagógicas socialmente referenciadas e culturalmente significativas.

Dessa forma, analisar os desafios da implementação da BNCC nas escolas da Região Norte implica reconhecer tanto seus limites estruturais quanto suas potencialidades pedagógicas. Trata-se de compreender que a equidade educacional não se constrói pela homogeneização, mas pelo reconhecimento das diferenças regionais.

Assim, refletir sobre a BNCC no contexto amazônico contribui para o debate acerca de políticas curriculares mais sensíveis às realidades locais, capazes de promover uma educação que valorize a diversidade, fortaleça identidades e assegure o direito à aprendizagem de forma efetiva.

2. Desenvolvimento

A implementação da Base Nacional Comum Curricular nas escolas da Região Norte deve ser analisada a partir da compreensão das condições históricas e estruturais que marcam a educação amazônica. Trata-se de um território caracterizado por desigualdades persistentes, resultado de políticas públicas que, ao longo do tempo, pouco consideraram as especificidades regionais. Saviani (2013) ressalta que a educação brasileira se constituiu de forma desigual, refletindo as assimetrias econômicas e sociais existentes entre as regiões do país.

No contexto amazônico, a dimensão territorial e as dificuldades de acesso às comunidades escolares configuram-se como obstáculos concretos à efetivação das políticas curriculares nacionais. Muitas escolas estão localizadas em áreas ribeirinhas ou rurais, acessíveis apenas por vias fluviais, o que compromete o acompanhamento pedagógico, a supervisão escolar e a oferta regular de formação continuada aos professores. Arroyo (2011) destaca que tais condições influenciam diretamente a organização do tempo e do espaço escolar.

A infraestrutura educacional precária constitui outro limite significativo para a implementação da BNCC. A ausência de bibliotecas, laboratórios, recursos tecnológicos e conectividade limita o desenvolvimento das competências gerais previstas no documento, especialmente aquelas relacionadas ao uso das tecnologias digitais e à investigação científica. Dados do INEP evidenciam que a Região Norte apresenta os piores indicadores nacionais de infraestrutura escolar, o que compromete a qualidade do ensino ofertado.

Nesse cenário, observa-se que a BNCC, ao propor um conjunto de habilidades e competências comuns, pressupõe condições mínimas de funcionamento que não estão igualmente disponíveis em todas as regiões. Libâneo (2012) argumenta que a organização do trabalho pedagógico precisa estar articulada às condições concretas da escola, sob pena de transformar o currículo em um instrumento meramente prescritivo e distante da realidade.

A presença de classes multisseriadas, bastante recorrente no Norte do país, também tensiona a implementação da BNCC. Esse modelo organizacional exige estratégias pedagógicas diferenciadas, uma vez que um único professor atende estudantes de diferentes anos escolares simultaneamente. A lógica seriada e progressiva das habilidades propostas pela BNCC nem sempre dialoga com essa realidade, exigindo adaptações curriculares constantes por parte dos docentes.

A formação dos professores assume papel central nesse processo. Gatti (2014) aponta que a formação inicial e continuada, quando não contextualizada, tende a não oferecer subsídios suficientes para que os docentes interpretem criticamente os documentos curriculares. Na Região Norte, muitos professores enfrentam jornadas extenuantes, múltiplos vínculos empregatícios e poucas oportunidades de formação específica voltada à realidade amazônica.

Sob a perspectiva de Freire (1996), a prática pedagógica deve partir da leitura crítica do mundo vivido pelos educandos. A implementação da BNCC, quando realizada de forma acrítica e descontextualizada, pode comprometer o caráter emancipatório da educação, transformando o currículo em um instrumento de reprodução de desigualdades e silenciamento dos saberes locais.

Os conhecimentos tradicionais das populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas, quando não incorporados ao currículo escolar, acabam sendo marginalizados. Apple (2006) afirma que o currículo expressa relações de poder e que a seleção do conhecimento escolar não é neutra.

Nesse sentido, a centralização curricular pode reforçar a hegemonia de saberes urbanos e eurocêntricos, em detrimento das culturas amazônicas.

A gestão escolar também enfrenta desafios específicos na implementação da BNCC. Gestores atuam em contextos marcados por escassez de recursos, dificuldades administrativas e forte demanda social por parte das comunidades. Lück (2009) enfatiza que a gestão democrática requer condições institucionais que permitam a participação coletiva e o planejamento pedagógico contextualizado, o que nem sempre se concretiza nas escolas da Região Norte.

As avaliações externas em larga escala, alinhadas à BNCC, constituem outro elemento de tensão. Essas avaliações desconsideram, em grande medida, as condições diferenciadas de ensino, o calendário escolar adaptado às cheias e vazantes dos rios e as dificuldades logísticas enfrentadas pelas escolas amazônicas. Saviani (2013) alerta que esse modelo avaliativo tende a responsabilizar escolas e professores, sem considerar o papel do Estado na garantia das condições de ensino.

Apesar dos limites apresentados, a BNCC também oferece possibilidades para a educação no contexto amazônico. A previsão da parte diversificada do currículo abre espaço para que redes de ensino e escolas incorporem conteúdos relacionados à cultura local, ao meio ambiente e às práticas sociais das comunidades, promovendo maior contextualização do ensino (BRASIL, 2017).

A valorização dos saberes locais pode contribuir para tornar o currículo mais significativo e fortalecer a identidade dos estudantes. Arroyo (2011) defende que reconhecer os sujeitos e seus territórios é condição fundamental para a construção de uma educação comprometida com a justiça social e curricular.

Nesse sentido, a BNCC pode ser compreendida como um referencial orientador, que deve ser reinterpretado à luz das realidades regionais. Sua implementação exige autonomia pedagógica, reflexão crítica e compromisso político por parte dos sistemas de ensino, das equipes gestoras e dos professores.

A formação continuada contextualizada emerge como um dos principais caminhos para superar os desafios identificados. Programas formativos que dialoguem com o cotidiano das escolas amazônicas, valorizem os saberes docentes e promovam trocas de experiências tendem a fortalecer a prática pedagógica e a efetivação da BNCC (GATTI, 2014).

Além disso, políticas públicas específicas para a Região Norte são indispensáveis para reduzir as desigualdades educacionais. Investimentos em infraestrutura, conectividade, transporte escolar e valorização profissional constituem condições básicas para que o currículo nacional se materialize de forma equitativa.

A articulação entre escola e comunidade também se apresenta como uma possibilidade concreta de fortalecimento da implementação curricular. Quando o currículo dialoga com o território, amplia-se o engajamento dos estudantes e a relevância social da escola, contribuindo para uma educação mais significativa e transformadora.

Dessa forma, o desenvolvimento da BNCC no contexto amazônico evidencia que os desafios não se restringem ao documento em si, mas às condições estruturais, formativas e políticas que sustentam sua implementação. Reconhecer esses limites é fundamental para avançar na construção de uma educação que respeite a diversidade regional e promova a equidade educacional.

3. Considerações Finais

A análise dos desafios da implementação da Base Nacional Comum Curricular nas escolas da Região Norte evidencia que a efetivação de políticas curriculares nacionais não pode ser compreendida de forma dissociada das realidades regionais. No contexto amazônico, fatores históricos, geográficos, sociais e culturais interferem diretamente na organização do trabalho pedagógico e na garantia dos direitos de aprendizagem previstos na BNCC.

Os limites identificados ao longo deste estudo demonstram que a padronização curricular, quando aplicada de maneira acrítica, tende a aprofundar desigualdades educacionais já existentes. A precariedade da infraestrutura escolar, a dificuldade de acesso às escolas, a presença de classes multisseriadas e a formação docente pouco contextualizada constituem entraves significativos à implementação plena da BNCC na Região Norte.

Além disso, a lógica das avaliações externas em larga escala, alinhadas às diretrizes curriculares nacionais, reforça processos de responsabilização das escolas e dos professores, desconsiderando as condições concretas de oferta do ensino. Tal perspectiva contribui para a reprodução de estigmas sobre o desempenho educacional das escolas amazônicas, sem considerar o papel do Estado na promoção da equidade.

Por outro lado, o estudo também evidencia que a BNCC apresenta possibilidades importantes para a educação no contexto amazônico. A previsão da parte diversificada do currículo permite a incorporação dos saberes locais, das práticas culturais e das experiências comunitárias, favorecendo a construção de um currículo mais significativo e socialmente referenciado.

A valorização dos conhecimentos das populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas emerge como um caminho fundamental para o fortalecimento da identidade dos estudantes e para a promoção de uma educação comprometida com a diversidade e a justiça social. Nesse sentido, a BNCC deve ser compreendida como um documento orientador, passível de interpretações e adaptações pedagógicas que respeitem as especificidades regionais.

A formação continuada contextualizada, aliada a políticas públicas educacionais específicas para a Região Norte, revela-se como um elemento estratégico para a superação dos desafios identificados. Investimentos em infraestrutura, conectividade, valorização profissional e gestão escolar são condições indispensáveis para que o currículo nacional se materialize de forma equitativa.

Dessa forma, conclui-se que a efetivação da BNCC no contexto amazônico exige um olhar sensível às diferenças regionais, reconhecendo que a equidade educacional não se alcança pela homogeneização, mas pela valorização da diversidade. Refletir sobre esses desafios contribui para o aprimoramento das políticas curriculares e para a construção de uma educação mais justa, democrática e socialmente comprometida.

Além disso, torna-se fundamental que futuras pesquisas aprofundem a análise sobre a implementação da BNCC em contextos amazônicos específicos, considerando as particularidades de estados e municípios da Região Norte. Estudos de natureza empírica podem contribuir para a compreensão das práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas, bem como para a identificação de estratégias exitosas de adaptação curricular.

Por fim, destaca-se a importância do fortalecimento do diálogo entre gestores, professores, comunidades escolares e formuladores de políticas públicas. A construção coletiva do currículo, fundamentada na escuta dos sujeitos do território, constitui um caminho promissor para a efetivação da BNCC de forma mais democrática, contextualizada e comprometida com a realidade amazônica.

Referências

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernardete A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 35, n. 126, p. 37-54, 2014.

INEP. **Censo da Educação Básica: resumo técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2012.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2009.

PINTO, Jacyguara Costa et al. Transformações no ensino: como a BNCC está moldando a educação no Brasil. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 10, p. 241-252, 2025.

PINTO, Jacyguara Costa et al. Desafios na implementação da BNCC em Macapá: infraestrutura e formação docente. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 10, p. 180-190, 2025.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.